

A FLORESTA — UM ESPAÇO DE RECREIO

Os movimentos ambientalistas que, desde os fins do século XVIII têm agitado a discussão sobre a protecção dos recursos naturais, apontam o recreio como uma das utilidades das florestas. De entre os argumentos para se criarem os primeiros parques nacionais, as necessidades de espaços naturais para o recreio das populações urbanas eram realçadas ao mesmo nível do interesse científico que justificava a preservação desses ecossistemas únicos.

Hoje, o sector do turismo ocupa o primeiro lugar a nível mundial quanto a volume de negócios. Ponderando o impacto desta actividade sobre o sistema territorial e a fragilidade dos ecossistemas florestais, concluímos que as florestas não podem ser simplesmente consideradas como espaços de recreio, indiscriminadamente oferecidos às populações urbanas.

Em 1794, o inglês Payne Knight na sua obra "Analytical Inquiry into the Principles of Taste", explicita as diferenças entre a floresta no seu estado bruto e a floresta idealizada pelo movimento romântico. A primeira é um meio hostil ao homem, densamente ocupada pela vegetação que se desenvolve num processo de regeneração natural. Interessante como espaço de aventura de um ou de outro visitante, mas francamente imprópria para ser utilizada como espaço público de recreio. A caça e a pesca nas águas interiores são aqui, obviamente, uma importante excepção. Mas note-se que estas actividades lúdicas caracterizam-se pela dispersão dos seus praticantes, o que reduz o impacto da sua presença. A floresta como produto do imaginário romântico, o qual alimenta muitos dos valores da cultura urbana, é uma artificiosa concepção arquitectónica e paisagística decorrente da ideia de paraíso, dos conceitos de jardim e de parque. Há portanto diferenças fundamentais e distâncias que separam a floresta natural bruta do parque florestal.

A preservação da vida selvagem em parques e reservas afirma-se, na prática, cada vez mais incompatível com o recreio, o qual vai sendo progressivamente mais condicionado e até evitado. Mesmo as simples visitas têm um impacto negativo que perturba a necessária quietude destes ecossistemas.

Em Portugal, a questão da protecção dos recursos naturais não passa tanto pelas acções de isolamento, inerentes aos parques e reservas, mas principalmente pela qualidade do ordenamento e das transformações necessárias para adaptar espaços às necessidades sociais. A costa atlântica com as suas praias e arribas, os 2,5 milhões de hectares de

terrenos incultos ou com agricultura deslocada são desafios à capacidade de projectar e de construir paisagens cujos usos necessitam de ser reconvertidos.

A protecção é, assim, um desafio à capacidade de gerir um inevitável processo de transformações. As políticas de defesa e valorização da qualidade do ambiente só serão bem sucedidas se forem alicerçadas em programas de desenvolvimento que estabilizem o uso do solo e resolvam a complexa teia de conflitos de carácter administrativo, ecológico e funcional.

Os espaços florestais onde se pretenda incrementar o uso recreativo exigem preparação em infraestruturas, equipamentos, serviços de conservação e limpeza.

O conceito de floresta de uso múltiplo propõe uma combinação harmoniosa de objectivos paisagísticos, ecológicos, económicos e lúdicos. Contudo, a chamada de atenção sobre a função lúdica de uma floresta localizada implica obras de adaptação para esse fim e criar serviços de manutenção.

Independentemente destas considerações reconheçamos a função da floresta na composição global da paisagem de qualquer das regiões de Portugal. A amenidade do ambiente e o conforto que cada sitio proporciona aos seus habitantes ou visitantes é um inestimável valor patrimonial. As paisagens são, portanto, uma parte essencial da nossa cultura. Não são imagens fixas, são sistemas evolutivos e interactivos com a vida das populações.

Se é de condenar a prática de alterações abusivas que agridem a sensibilidade estética e desrespeitam critérios de salvaguarda de valores ecológicos, não é menos pertinente precavermo-nos contra os ideários dos ecologismos que cultivam discursos eivados de pessimismo face ao futuro e doentios no culto de um passado que não foi manso e bucólico como o apresentam.

A desflorestação do país não foi um acto recente situando-se nos séculos XVIII e XIX e teve o seu epílogo nas campanhas do trigo nos finais do século XIX, já que a campanha de 1933 pouco encontrou para arrotear.

A desertificação e o desordenamento territorial, resultantes das políticas de expansão da área da cultura cerealífera de sequeiro, continuam a ser um problema. As encostas mais declivosas e os terrenos esqueléticos estão a ser, em parte, abandonados pela agricultura e aguardam que se proceda à necessária reflorestação recorrendo-se, nomeadamente à regeneração ajudada. A melhoria que daí resultará para a paisagem e para o

desenvolvimento dos recursos inerentes à própria floresta terá repercussões saudáveis, que não serão apenas económicas mas também culturais, consubstanciadas na qualidade do conteúdo da percepção ambiental e na sensação de conforto e agrado de quantos vivem em Portugal.

Há um conceito extensivo de recreio e turismo que depende do juízo que fazemos do país no seu conjunto e da imagem global que o caracteriza. Desejamos um país ordenado, com paisagens vivificadas, onde as actividades produtivas se relacionem no território com formas arquitectadas e limpas, espaços funcionais construídos com sensibilidade e inteligência. A identificação dos sítios deve decorrer da peculiaridade da sua expressão e a leitura das paisagens da sua estrutura e do seu uso.

Há regiões onde o uso florestal está marginalizado ou tende a ser subvertido. Refiro-me às áreas metropolitanas e aos pólos turísticos onde todos os terrenos rústicos estão expectantes e fortemente referenciados ao mercado de solos urbanos. É precisamente onde o povoamento é mais denso que a floresta adquire interesse acrescido como espaço lúdico e amenizador da paisagem. Aqui a relação entre a floresta e o urbano é mais positiva, o mesmo não se pode dizer da relação entre o espaço agrícola e o urbano, porque podem surgir disfunções e conflitos envolvendo mesmo aspectos de poluição.

A urbanização das florestas é um tema actual que preocupa os governos dos países desenvolvidos. A floresta é procurada pelas populações urbanas que pretendem aí instalar as suas residências secundárias. Este fenómeno tenderá a crescer e, mais do que ignorá-lo ou agir através de proibições radicais e geralmente inconsequentes, vale a pena estudar soluções que respondam equilibradamente à procura da segunda habitação para o lazer e que acautelem os recursos florestais através de critérios coerentes de gestão do uso do solo.

Prevemos que toda a orla litoral seja perturbada pela procura de segunda residência e as decisões de transformação estão a ser tomadas segundo regras que têm a ver, principalmente, com a localização relativa aos grandes centros urbanos ou centros turísticos, acessibilidade e com a aleatoriedade dos encontros entre a oferta e a procura. Os sítios mais atraentes do interior sofrerão a mesma pressão (envolventes de albufeiras, locais com vistas panorâmicas, etc.). Esta dinâmica só é negativa quando se concretiza sem qualidade urbanística e arquitectónica e na medida em que perturba o mercado de solo agrícola e florestal impedindo, em condições viáveis e normais, o acesso ao solo dos respectivos empresários destes sectores.

O ordenamento do território, como forma de demarcar e regulamentar as classes de uso do solo, é um instrumento indispensável para disciplinar a acção destes diversos agentes.

Salvaguardando o interesse e o valor indiscutível das florestas em geral como espaços de passeio e contemplação, quero sublinhar que os perímetros florestais, onde se especifica e concretiza uma actividade recreativa regular e intensiva, tendem a escapar à tradição do sector florestal para serem absorvidos por outras lógicas que têm a ver com pólos turísticos e parques regionais enquadrados por estratégias urbanas. Contudo, é possível conciliar a produção com o lazer. A Mata do Buçaco, o Parque da Pena e a Mata dos Medos são três exemplos de parques florestais vocacionados para o lazer, muito diferentes na sua estrutura e onde é possível considerar também, embora secundariamente, a componente produtiva.

A diversidade das condições mesológicas do país permite criar florestas com composições florísticas ricas e diversificadas. O que se fez neste domínio limita-se praticamente aos jardins e pequenos parques, mas está ao nosso alcance conceber novas florestas que se distanciem dos modelos da monocultura do pinheiro, eucalipto, pseudotsuga e apostem na diversidade controlada de um amplo leque de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas.

Os perímetros florestais necessitam de ter escala e dimensão que lhes garanta interioridade, poder de sobrevivência e elevada autonomia do ecossistema.

A associação entre empresários florestais e a dinamização das suas iniciativas são questões pertinentes num momento em que o ordenamento do território, ao nível regional e municipal, está na ordem do dia.

Os incentivos financeiros, nomeadamente os comunitários, são justamente generosos para os projectos que conjugam a floresta, a salvaguarda e valorização dos recursos naturais, a qualidade do ambiente e as actividades do turismo, lazer e intercâmbio cultural. É neste quadro alargado, assumindo uma dimensão cívica que alcance a arquitectura do espaço nacional, que proponho que se pense o futuro da floresta.

Professor Doutor Sidónio Pardal